



## RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

### Informações gerais da avaliação:

**Protocolo:** 201709627

**Código MEC:** 1465645

**Código da Avaliação:** 137661

**Ato Regulatório:** Reconhecimento de Curso

**Categoria Módulo:** Curso

**Status:** Finalizada

**Instrumento:** 302-Instrumento de avaliação de cursos de graduação - Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento (presencial)

**Tipo de Avaliação:** Avaliação de Regulação

### Nome/Sigla da IES:

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS - IFG

### Endereço da IES:

39362 - IFG Câmpus Goiânia - Rua 75, 46 Setor Central. Goiânia - GO.  
CEP:74055-110

### Curso(s) / Habilitação(ões) sendo avaliado(s):

ENGENHARIA DE TRANSPORTES

### Informações da comissão:

**N? de Avaliadores :** 2

**Data de Formação:** 13/03/2019 15:04:34

**Período de Visita:** 07/04/2019 a 10/04/2019

**Situação:** Visita Concluída

### Avaliadores "ad-hoc":

Carolina Erika Santos (04830573635) -> coordenador(a) da comissão

MARIELA CRISTINA AYRES DE OLIVEIRA (24672615812)

### Curso:

### DOCENTES

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho	Vínculo Empregatício	Tempo de vínculo ininterrupto do docente com o curso (em meses)
AVILMAR ANTÔNIO RODRIGUES	Especialização	Integral	Estatutário	45 Mês(es)
BEATRIZ CARNEIRO CARVALHO SALLES	Mestrado	Integral	Estatutário	51 Mês(es)
BREYTNER RIBEIRO MORAIS	Mestrado	Integral	Estatutário	45 Mês(es)
CARLOS AUGUSTO DA SILVA CABRAL	Mestrado	Integral	Estatutário	51 Mês(es)
DÁLCIO RICARDO BOTELHO ALVES	Doutorado	Integral	Estatutário	21 Mês(es)
DENIS BIOLKINO DE SOUSA PEREIRA	Mestrado	Integral	Estatutário	51 Mês(es)
DENISE APARECIDA RIBEIRO	Doutorado	Integral	Estatutário	51 Mês(es)
EDIPO HENRIQUE CREMON	Doutorado	Integral	Estatutário	12 Mês(es)
Elias Calixto Carrijo	Doutorado	Integral	Estatutário	27 Mês(es)
EMÍLIO SANTIAGO NAVES	Doutorado	Integral	Estatutário	51 Mês(es)

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho	Vínculo Empregatício	Tempo de vínculo ininterrupto do docente com o curso (em meses)
ENIO RODRIGUES MACHADO	Doutorado	Integral	Estatutário	51 Mês(es)
ERICK GOMES PIRES	Especialização	Integral	Outro	21 Mês(es)
Fabio de Castro Bezerra	Mestrado	Integral	Outro	27 Mês(es)
FERNANDA POSCH RIOS	Doutorado	Integral	Estatutário	51 Mês(es)
FLAVIA CRISTINA GOMES	Mestrado	Parcial	Outro	21 Mês(es)
GEOVANNE CAETANO GOMES	Mestrado	Parcial	Outro	6 Mês(es)
GIOVANE BATALIONE	Mestrado	Integral	Estatutário	51 Mês(es)
HALAN FARIA LIMA	Mestrado	Integral	Estatutário	51 Mês(es)
HERNANE DE TOLEDO BARCELOS	Doutorado	Integral	Estatutário	51 Mês(es)
Humberto Rodrigues Mariano	Mestrado	Integral	Estatutário	51 Mês(es)
João Batista de Paula Abreu	Mestrado	Integral	Estatutário	51 Mês(es)
João Carlos de Oliveira	Doutorado	Integral	Estatutário	51 Mês(es)
JOLIVE MENDES DE SANTANA FILHO	Doutorado	Integral	Estatutário	51 Mês(es)
JUSSANA MILOGRANA	Doutorado	Integral	Estatutário	51 Mês(es)
LIANA DE LUCCA JARDIM BORGES	Doutorado	Integral	Estatutário	42 Mês(es)
LILIAN ROCHA CALDEIRA	Mestrado	Parcial	Outro	15 Mês(es)
LUCIANA ARAÚJO AZEVEDO	Doutorado	Integral	Estatutário	21 Mês(es)
LUCIENE ARAUJO DE ALMEIDA	Mestrado	Integral	Estatutário	42 Mês(es)
MARCOS DE LUCA ROTHEN	Mestrado	Integral	Estatutário	51 Mês(es)
MARIA DE LOURDES MAGALHAES	Doutorado	Integral	Estatutário	51 Mês(es)
MARIANA DE PAIVA	Doutorado	Integral	Estatutário	51 Mês(es)
MAURÍCIO BRAGA DE ARAUJO	Doutorado	Integral	Estatutário	51 Mês(es)
Patricia Layne Alves	Doutorado	Integral	Estatutário	42 Mês(es)
PATRÍCIA VILELA MARGON	Doutorado	Integral	Estatutário	33 Mês(es)
REGINA CÉLIA BUENO DA FONSECA	Doutorado	Integral	Estatutário	51 Mês(es)
RICARDO FREIRE GONCALVES	Mestrado	Integral	Estatutário	3 Mês(es)
ROBERTO CARLOS VELOSO DE SOUSA	Mestrado	Integral	Estatutário	52 Mês(es)
SIMONE SOUZA RAMALHO	Doutorado	Integral	Estatutário	51 Mês(es)
VINICIUS CARRIAO DOS SANTOS	Mestrado	Integral	Estatutário	51 Mês(es)
Willian Ferreira de Sousa	Mestrado	Integral	Estatutário	42 Mês(es)

## CATEGORIAS AVALIADAS

### Dimensão 1: Análise preliminar

#### 1.1. Informar nome da mantenedora.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG.

#### 1.2. Informar o nome da IES.

Instituto Federal de Goiás – Campus Goiânia-GO

#### 1.3. Informar a base legal da IES, seu endereço e atos legais.

O IFG – Câmpus Goiânia, situado na Rua 75, nº 46, Setor Central, Goiânia/GO, CEP: 74055-110, com CNPJ: 10.870.883/0002-25, é a maior e mais antiga unidade do IFG. O câmpus iniciou suas atividades educacionais em 1942, com a construção e transferência da capital do Estado para Goiânia, momento em que a Escola de Aprendizes Artífices foi transferida para a nova capital e transformou-se em Escola Técnica de Goiânia (ETG), por meio de Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Na época, o prédio da ETG foi utilizado para as festividades de lançamento da nova capital durante o Batismo Cultural de Goiânia, em 5 de julho de 1942. Em 1959, houve a implementação de uma nova organização escolar e administrativa nos estabelecimentos de ensino industrial, com a transformação das Escolas Industriais e Técnicas em autarquias federais, por meio da Lei nº 3.522/1959. Em 1965, a ETG passou a denominar-se Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG), com a Lei nº 4.759, de 20 de agosto. Em 22 de março de 1999, por meio de Decreto sem número, a ETFG foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (Cefet-GO), passando a atuar, além do ensino técnico, também no nível superior, especialmente, com a oferta de cursos tecnológicos. Em 29 de dezembro de 2008, com a Lei nº 11.892, foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) em todo o país, entre esses, o Instituto Federal de Goiás (IFG), que, hoje, possui 14 campus distribuídos em Goiânia e no interior do Estado.

**Dimensão 1: Análise preliminar****1.4. Descrever o perfil e a missão da IES.**

Em 29 de dezembro de 2008, por meio da promulgação da Lei nº 11.892, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2008, o CEFET-GO foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).

A função social da Instituição foi mais uma vez ampliada, com a atribuição de oferecer diversos níveis e modalidades de ensino, promover pesquisa e extensão. Além dessa ampliação, a instituição também foi expandida por meio de uma estrutura multicampus, o que, em última instância, acarretou profundas mudanças em sua organização administrativa e acadêmica. A perspectiva que se colocou para a instituição, naquele momento, é que ela viesse a se inserir no desenvolvimento científico, tecnológico e socioeconômico do País, em especial por meio das mediações possíveis e necessárias que este desenvolvimento pudesse se fazer presente nos planos local e regional.

Atualmente, permanece a luta pela democratização, no âmbito do IFG, em termos de ampliação de acesso aos segmentos sociais historicamente dela excluídos, de efetiva participação dos segmentos internos na definição dos seus rumos, da ampliação da sua função social e da afirmação incontestável da sua autonomia institucional, bem como a sua preservação como espaço de realização de ações sociais, políticas e culturais. Nesta perspectiva, reafirmar-se-á sua identidade de instituição formadora de ideias, conhecimentos e cultura, bem como de sujeitos qualificados tecnicamente como profissionais e cidadãos.

Os segmentos internos do IFG encontram-se desafiados a apreender o contraditório presente na sociedade e no interior da Instituição, tendo em vista a construção de uma instituição pública, assentada em relações democráticas e autônomas, na direção da formação unilateral, ou seja, uma formação verdadeiramente integral dos estudantes e do desenvolvimento efetivamente democrático, soberano, sustentável e socialmente inclusivo do País e das suas regiões e localidades. A gestão de uma instituição de educação profissional, científica e tecnológica como o IFG deve pautar-se pela busca constante da qualidade social da educação, tendo como perspectiva concorrer para a construção de uma sociedade solidária, inclusiva e justa. Para tanto, deve ter como princípios norteadores da atuação institucional a crescente ampliação da sua função social, a participação democrática efetiva dos seus segmentos internos e a conquista da autonomia institucional.

O IFG possui um campus na região central de Goiânia que oferta uma variedade de cursos superiores e técnicos que atende a expansão da Rede Federal foi capaz de absorver a grande demanda de formação da classe trabalhadora de nível técnico e superior da região metropolitana. O crescimento do campus Goiânia possibilitou que novos projetos de ensino, pesquisa e extensão se desenvolvessem de forma socialmente comprometida tendo como resultado a verticalização da qualificação profissional da classe trabalhadora em toda região metropolitana e produtos tecnológicos de ganho social.

**1.5. Verificar, a partir dos dados socioeconômicos e ambientais apresentados no PPC para subsidiar a justificativa apresentada pela IES para a existência do curso, se existe coerência com o contexto educacional, com as necessidades locais e com o perfil do egresso, conforme o PPC do curso.**

**Dimensão 1: Análise preliminar**

A transformação do CEFET-GO em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008) acarretou em mudanças significativas na instituição, como ampliação do número de campus e oferta de vagas.

Em 2012, com o objetivo de adequar a legislação vigente e debater o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), ocorreu um congresso institucional onde ficou definido a abertura e fechamento de cursos, bem como as metas a serem alcançadas.

Diante destas discussões, os docentes vinculados à área de Transportes fizeram uma extensiva pesquisa junto às empresas, órgãos públicos e universidades, a fim de verificar a pertinência da implantação do Curso Superior de Engenharia de Transportes no Instituto Federal de Goiás ? Campus Goiânia. Foi constatado, durante esta pesquisa, que em função da falta de profissionais com nível superior na área de transportes e das exigências do mercado de trabalho existe a necessidade da formatação de um curso capaz de formar profissionais que lidam com infraestrutura de transportes, transporte de passageiros, transporte de cargas, logística, engenharia de tráfego e mobilidade urbana.

Os estudos relacionados à Engenharia de Transportes têm se tornado de grande importância para o desenvolvimento e bem estar da sociedade mundial. Em países que vivem um crescimento dinâmico, como o Brasil, o desafio imposto pelo crescimento tem gerado problemas de ordem logística e de mobilidade urbana. Os longos deslocamentos diários causados pela distribuição do uso do solo e expansão territorial espontânea, entre outros, demonstram que as soluções estão intrinsecamente relacionadas à Engenharia de Transportes, a qual contribui para a melhoria da qualidade de vida.

No que tange ao transporte de cargas, segundo CNT (2015), o transporte rodoviário é aquele que transporta 61% de toda carga brasileira. No entanto, pesquisas demonstram, conforme aponta Colavite e Konishi (2015), que o Brasil precisa investir em infraestrutura a fim de diversificar e melhorar os diversos modais, principalmente o ferroviário e o aquaviário. A situação em que se encontra a infraestrutura de transporte no país interfere na competitividade dos produtos fabricados, pois na composição do preço final de um bem estão inseridos os custos diretos e indiretos do frete, o que em muitos casos compromete a possibilidade de comercialização no mercado externo.

Para tal, os órgãos ou empresas do setor de transportes que pretendem treinar ou aperfeiçoar os seus quadros técnicos encontram grandes dificuldades, pois a maioria dos cursos existentes na área são nos níveis de especialização, mestrado e doutorado, assim mesmo somente em algumas universidades brasileiras localizadas principalmente nas regiões sul e sudeste do Brasil.

O Estado de Goiás está localizado na região Centro-Oeste do País e ocupa uma área de 340.086 km<sup>2</sup> sendo o sétimo em extensão em relação ao território brasileiro. Geograficamente possui uma localização privilegiada portando-se como um importante Polo Gerador de Viagens, que sendo estas de passageiros, de origem ou destino, movimentam milhares de passageiros e cargas através de três tipos de modalidades de transportes: o rodoviário, o ferroviário e o aeroviário. Mas, o desenvolvimento do Estado se deu preponderantemente em função da agricultura e da pecuária, que vem consolidando cadeias produtivas que interligam a indústria de insumos, entre outros, conquistando investimentos de grandes grupos, configurando assim uma melhoria na renda per capita do cidadão, gerando um PIB de aproximadamente R\$ 165,015 bilhões, ascendente nos últimos cinco anos, um IDH de 0,799, para uma população total de 6.003.788 habitantes, o que faz com que Goiás possua 52,45% da população da Região Centro-Oeste. No universo de habitantes citado, 1.313.641 trabalha formalmente com carteira assinada e a grande maioria possui grau de escolaridade entre fundamental, médio e superior respectivamente: 25,6%, 38,5% e 14,2% (IBGE, 2010).

Além disso, o Estado de Goiás ocupa a nona posição no ranking econômico dos estados brasileiros e com posição geográfica privilegiada, riquezas minerais e amplos terrenos agricultáveis. Fatores como diversificação da produção e rede de infraestrutura logística e a grande disponibilidade de matérias-primas minerais, solos com clima e topografia propícios à produção agropecuária e amplo potencial turístico asseguram a Goiás um forte impulso econômico. Nesse contexto, há necessidade de aproveitar a posição geográfica privilegiada do Estado de Goiás, uma vez que ele liga importantes regiões do país como as regiões Norte, Nordeste e Sudeste (IFG, 2010).

Os municípios de Goiânia, de Anápolis, de Senador Canedo e de Aparecida de Goiânia ainda assumem a condição de zonas estratégicas de distribuição de produtos, isto é, de ?nó? da rede que movimenta pessoas, mercadorias e informações para amplos territórios do país. Isso torna o Estado um polo estratégico de distribuição de cargas para o país (IFG, 2010).

Goiânia, a Capital, situada na mesorregião centro goiano, onde se localiza o IFG, apresenta-se como um polo concentrador de serviços públicos e privados, que propiciaram a criação da Região Metropolitana de Goiânia, um aglomerado urbano composto por 20 Municípios, que em sua totalidade abrigam em torno de 2.173.000 habitantes (IBGE, 2010). Para a Região Metropolitana de Goiânia converge um grupo de rodovias Federais e Estaduais radiais e diametrais, através das quais circulam cargas e passageiros de todo e para todo o Brasil. Nessa região, o setor privado compõe-se de grandes indústrias nos mais diversos ramos de atuação. No entanto, são os serviços, a base econômica da região e dentre estes, a vocação para o turismo de negócios e eventos vem se consolidando de forma positiva. Diante dessa potencialidade da região, há necessidade de se investir na implantação e melhoria das vias destinadas à circulação de pessoas e cargas.

Em uma pesquisa realizada pela CNT em 2015 para avaliação do estado geral das rodovias, características dos pavimentos, sinalização e geometria das vias, pode-se observar que, no que tange ao estado geral das rodovias do estado de Goiás, 65% dos 5800km analisados foram classificadas como regular, ruim ou péssimo. Quanto aos atributos pavimentos, sinalização e geometria das vias, os trechos analisados foram classificados como regular, ruim ou péssimo em 54,1%, 55,5% e 82,8% respectivamente.

Trechos de vias em condições precárias de circulação podem gerar danos aos veículos e perdas de qualidade do produto nela transportado. Além disso, em alguns casos, a condição do pavimento também pode impedir o tráfego de veículos por uma determinada rota. O uso de rotas alternativas provoca o deslocamento por trechos mais longos, o que gera maior consumo de combustível e aumento no tempo de viagem. Esses problemas acabam impactando o preço do produto transportado, tornando-o menos competitivo. Sendo assim, há necessidade de profissionais devidamente qualificados para identificar e sanar os problemas existentes na via que acarretam aumento do custo do produto transportado.

O subsetor transportes distribuído entre passageiros/cargas rodoviárias e cargas ferroviárias e um futuro polo de cargas aeroviárias em construção, assume características intramunicipal, intermunicipal, interestadual e internacional. O transporte de cargas rodoviárias, segundo a base cadastral do SETCEG - SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES CARGAS ESTADO GOIAS (2010) é atendido por 7.330 empresas que desenvolvem atividades no Estado de Goiás; Os transportes de passageiros urbanos e intermunicipais regulares e de fretamento contam com um total de 40 empresas segundo AGR - AGENCIA GOIANA DE REGULACAO e o SETRANSP (2010) - SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES COLETIVOS DA REGIAO METROPOLITANA DE GOIANIA.

1.6. Redigir um breve histórico da IES em que conste: a criação; sua trajetória; as modalidades de oferta da IES; o número de polos (se for o caso); o número de polos que deseja ofertar (se for o caso); o número de docentes e discentes; a quantidade de cursos oferecidos na graduação e na pós-graduação; as áreas de atuação na extensão; e as áreas de pesquisa, se for o caso.

## Dimensão 1: Análise preliminar

A trajetória histórica do IFG teve origem em 1909, com a criação da Escola de Aprendizes Artífices, por meio do Decreto nº 7.566, de agosto daquele ano, assinado pelo Presidente da República, Nilo Peçanha. Suas atividades tiveram início na então capital do Estado de Goiás, Cidade de Goiás.

As escolas de aprendizes artífices tiveram como função social a formação de jovens e adultos desvalidos oriundos da ordem escravista extinta em 1888, em ofícios tradicionais (carpintaria, alfaiataria), proporcionando profissões que tinham a função de conter condutas socialmente reprováveis à época (mendicância, malandragem). A escolarização oferecida se restringia ao domínio da linguagem e de cálculos básicos.

Nos anos 1930 e 1940, a sobreposição de crises políticas e econômicas foi decisiva para desencadear transformações profundas no País. Determinou a assunção do poder de Estado pelas forças sociais e políticas vinculadas a um projeto de modernização, industrialização e urbanização do país sobre bases nacionais, tendo os empresários vinculados à indústria na liderança desse processo. No campo da educação, criou-se o sistema público de educação, mas restrito a uma pequena parcela da população. Também foi criado o "Sistema S", com o objetivo de realizar a formação profissional, à época sem elevação de escolaridade.

Nesse contexto, ocorreu a transformação das escolas de aprendizes artífices em escolas técnicas (da União), com a função social estritamente voltada para a educação profissional. Estas ofertavam cursos predominantemente na área industrial, apoiados na tecnologia eletromecânica e no método fordista de gestão de pessoal e de produção recém-introduzidos no País, voltados para o atendimento às demandas do mercado. As Escolas Técnicas então foram destinadas aos jovens das camadas mais pobres da sociedade que conseguiam ultrapassar as barreiras do ensino fundamental, suprimindo a necessidade de profissionais técnicos de nível intermediário, demandados pelo setor industrial em expansão.

Com a fundação de Goiânia, em 1933, a Instituição foi transferida para a nova capital, em 1942, passando a ofertar cursos profissionalizantes na área industrial, recebendo, então, a denominação de Escola Técnica de Goiânia.

Um conjunto de medidas foi dirigido à educação e à formação profissional entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1970. Em fevereiro de 1959, as ETs da União foram transformadas em Autarquias Federais, convertidas em Escolas Técnicas Federais (ETFs), mas com autonomia restringida em termos didáticos, administrativos e financeiros. Nos anos 1960, foram criadas as Escolas Agrotécnicas. Em agosto de 1965, a Instituição passou a denominar-se Escola Técnica Federal de Goiás (ETF-GO), focando prioritariamente a oferta de cursos técnicos na área industrial.

Nos anos 1980, no contexto de uma intensa mobilização social e política, ocorreu a substituição do regime militar instalado em 1964. A superação do autoritarismo militar em favor da República democrática formal foi acompanhada da preservação da centralização e do tecnocratismo na gestão do Estado, que se estendia dos órgãos públicos da administração direta às empresas estatais. Essa realidade não foi capaz de impedir uma intensa mobilização nas Universidades e ETFs, tendo em vista objetivos tais como a ampliação da função social destas instituições, a democratização das suas relações e estruturas, a participação dos segmentos internos na definição dos seus rumos e a conquista de autonomia institucional.

No ano de 1988, foi construída a Unidade de Ensino Descentralizada no Município de Jataí, integrando a Escola Técnica Federal de Goiás.

A Escola Técnica Federal de Goiás foi transformada no Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO), no dia 22 de março de 1999. A função social dessa "nova" Instituição foi ampliada, passando a atuar, também, no ensino superior, com destaque para os cursos de formação de tecnólogos, bem como desenvolver pesquisa e promover extensão. Novos dilemas emergiram na atuação do CEFET-GO, a exemplo da não regulamentação das profissões de tecnólogos por parte de diversos conselhos profissionais, provocando o desprestígio dessas profissões e a depreciação salarial, concorrendo para que egressos se voltassem para a universidade à procura de cursos de engenharia, dentre outros.

Em 29 de dezembro de 2008, por meio da promulgação da Lei nº 11.892, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2008, o CEFET-GO foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). A função social da Instituição foi mais uma vez ampliada, com a atribuição de oferecer diversos níveis e modalidades de ensino, promover pesquisa e extensão. Além dessa ampliação, a instituição também foi expandida por meio de uma estrutura multicâmpus, o que, em última instância, acarretou profundas mudanças em sua organização administrativa e acadêmica. A perspectiva que se colocou para a instituição, naquele momento, é que ela viesse a se inserir no desenvolvimento científico, tecnológico e socioeconômico do País, em especial por meio das mediações possíveis e necessárias que este desenvolvimento pudesse se fazer presente nos planos local e regional.

Atualmente, permanece a luta pela democratização, no âmbito do IFG, em termos de ampliação de acesso aos segmentos sociais historicamente dela excluídos, de efetiva participação dos segmentos internos na definição dos seus rumos, da ampliação da sua função social e da afirmação incontestável da sua autonomia institucional, bem como a sua preservação como espaço de realização de ações sociais, políticas e culturais. Nesta perspectiva, reafirmar-se-á sua identidade de instituição formadora de ideias, conhecimentos e cultura, bem como de sujeitos qualificados tecnicamente como profissionais e cidadãos.

Por tudo isso, os segmentos internos do IFG encontram-se desafiados a apreender o contraditório presente na sociedade e no interior da Instituição, tendo em vista a construção de uma instituição pública, assentada em relações democráticas e autônomas, na direção da formação omnilateral, ou seja, uma formação verdadeiramente integral dos estudantes e do desenvolvimento efetivamente democrático, soberano, sustentável e socialmente inclusivo do País e das suas regiões e localidades.

O IFG compõe-se hoje de 14 unidades: Anápolis, Goiás, Goiânia, Jataí, Luzia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso. Possui atualmente 7.789 alunos, sendo 6.990 em graduação presencial, 180 em EaD, 454 em cursos de especialização e 165 em cursos de mestrado. O IFG ainda oferece cursos de doutorado. Atualmente, conta com 997 professores e 896 servidores técnicos-administrativos. O IFG oferece atualmente 26 cursos de bacharelado, 21 cursos de licenciatura, 04 cursos de tecnologia, 10 cursos de especialização e 3 cursos de mestrado.

1.7. Informar o nome do curso (se for CST, observar a Portaria Normativa nº 12/2006).

Bacharelado em Engenharia de Transportes

1.8. Indicar a modalidade de oferta.

Bacharelado

1.9. Informar o endereço de funcionamento do curso.

IFG Câmpus Goiânia - Rua 75, 46 Setor Central. Goiânia - GO. CEP:74055-110

1.10. Relatar o processo de construção/implantação/consolidação do PPC.

**Dimensão 1: Análise preliminar**

De acordo com Prado Júnior (2012), no desenvolvimento da humanidade, os sistemas de transportes têm um papel de extrema importância, sendo parte indispensável da infraestrutura de qualquer região. "O grau de desenvolvimento de uma sociedade está diretamente relacionado à sofisticação dos seus sistemas de transportes". A sociedade requer mobilidade para o seu funcionamento. Diante disso, o IFG, reconhecendo a importância da área de transportes como um fator que interfere no desenvolvimento econômico, social, político e cultural de uma região, vem promovendo cursos na área de transportes desde 1989.

Em 1989 foi criado o Curso Técnico em Estradas na até então denominada Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG), que por determinação do Ministério da Educação-MEC -(Decreto Federal 2208/97 que organizou as habilitações em áreas profissionais) deixou de existir e foi substituído pela área de Transportes.

Em 1997 foi implantado no CEFET/GO, atual IFG, o Curso Técnico em Transportes com habilitação em Infraestrutura e Planejamento/Operação nas modalidades Concomitante e Pós-Médio. No fim do ano 2000, a instituição formou a primeira turma de Técnico em Transportes do Brasil.

Em outubro de 1999 foi assinada a Resolução CNE/CEB no 04/99, e homologada pelo Ministério da Educação, que "Institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico". Esta resolução aprovou 20 áreas profissionais, entre elas a de Transportes. A fim de adequar à essa nova resolução, em 2001 foi implantado o Curso Técnico Modular em Trânsito que teve o seu último ingresso em 2007.

A Lei 11.892 de 29/12/2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia menciona que, no desenvolvimento de sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% das vagas oferecidas pela instituição para o ensino médio, preferencialmente em regime integrado. Assim, para atender essa nova exigência e diante da necessidade de técnicos qualificados para atuar no setor, em 2007 iniciou-se o Curso Técnico Integrado em Trânsito - último ingresso em 2011. Desde 2013, a Coordenação de Transportes do IFG oferta o Curso Técnico Integrado em Transporte Rodoviário na Modalidade EJA.

Além dos cursos técnicos, o IFG também possui tradição em cursos superiores. O Curso Técnico em Estradas evoluiu gradativamente para os cursos superiores de Planejamento de Transportes e de Infraestrutura de Vias.

O primeiro Curso Superior de Tecnologia em Planejamento de Transportes iniciou no ano 2001. Após a visita do Ministério da Educação em 2004 e, por recomendações do MEC, ele foi reestruturado e passou a denominar-se Curso Superior de Tecnologia em Transportes Urbanos. A fim de adequá-lo ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores, em 2010 o curso foi reformulado e passou a denominar-se Curso Superior de Tecnologia em Transporte Terrestre, que teve o seu último ingresso em 2011.

O Curso Superior de Tecnologia em Construção de Vias Terrestres é oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) desde 2001, primeiramente com a denominação de Curso Superior de Tecnologia em Infraestrutura de Vias. Essa mudança de nome também foi uma recomendação do MEC no ato do reconhecimento do curso em 2005. Devido às adequações ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores, desde 2011 o Curso Superior de Tecnologia Construção de Vias passou a ser denominado Curso Superior de Tecnologia em Estradas.

Com a possibilidade da implantação de novos cursos, a partir da Lei 11.892 de 29/12/2008, com estudos e pesquisas do Observatório do Mundo do Trabalho e em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) -vigência 2012-2016 -do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás -IFG foi desenvolvido o Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Transportes.

Em 2014 teve início a primeira turma do Curso em Engenharia de Transportes no Instituto Federal de Goiás -Campus Goiânia, sendo um dos precursores na área de bacharelado em Transportes no Brasil.

O curso de engenharia de transportes foi autorizado pela Resolução nº 031, de 03 de dezembro de 2013, do Conselho Superior da IES, com 30 vagas anuais. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais (BRASIL. Lei nº 11.892, de 02 de dezembro de 2008, Art. 2º:§ 1o).

1.11. Verificar o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso (caso existam).

## Dimensão 1: Análise preliminar

O Curso Bacharelado em Engenharia de Transportes deverá dar condições a seu egresso para adquirir um perfil profissional que compreenda as habilidades e competências previstas na Resolução CNE/CES 11, de 11 de março de 2002, art. 4:

- I -aplicar conhecimentos matemáticos, científicos, tecnológicos e instrumentais à engenharia;
- II -projetar e conduzir experimentos e interpretar resultados;
- III -conceber, projetar e analisar sistemas, produtos e processos;
- IV -planejar, supervisionar,elaborar e coordenar projetos e serviços de engenharia;
- V -identificar, formular e resolver problemas de engenharia;
- VI -desenvolver e/ou utilizar novas ferramentas e técnicas;
- VI -supervisionar a operação e a manutenção de sistemas;
- VII -avaliar criticamente a operação e a manutenção de sistemas;
- VIII -comunicar-se eficientemente nas formas escrita, oral e gráfica;
- IX -atuar em equipes multidisciplinares;
- X -compreender e aplicar a ética e responsabilidade profissionais;
- XI -avaliar o impacto das atividades da engenharia no contexto social e ambiental;
- XII -avaliar a viabilidade econômica de projetos de engenharia;
- XIII -assumir a postura de permanente busca de atualização profissional (BRASIL, 2002).

Neste sentido, o Engenheiro de Transportes formado pelo IFG atende a esta resolução conforme pode-se observar nas descrições das competências deste profissional apresentadas a seguir:

Ter conhecimentos científicos, tecnológicos e instrumentais sólidos em sua área de atuação, que permitam reconhecer e analisar os sistemas de transportes, considerando aspectos políticos, sociais, econômicos, ambientais e culturais;  
 Conhecer e aplicar as diferentes tecnologias e conhecimentos para solucionar problemas de transportes de forma efetiva e eficiente;  
 Aplicar conhecimento científico na aprimoração de pesquisas;  
 Conhecer, compreender e aplicar os conceitos adquiridos durante o curso para auxiliar nas tomadas de decisões;  
 Conhecer e aplicar a legislação referente ao transporte, trânsito e a mobilidade como um todo;  
 Compreender o transporte, o trânsito, a ocupação do solo urbano e o meio ambiente como elementos integrantes do sistema;  
 Expressar de maneira eficiente nas formas escrita, oral e gráfica;  
 Aplicar a leitura para interpretar e redigir estudos e projetos técnicos na área;  
 Ter conhecimento estratégico, operacional e tático;  
 Ter capacidade de atuar de forma ética, com visão crítica e humanística e competência para trabalharem equipe multidisciplinar;  
 Compreender a função do transporte e o papel da circulação de bens e pessoas, no âmbito internacional, nacional, regional, municipal e urbano.

É desejável que este profissional ao final do curso adquira as seguintes habilidades:

Planejar, elaborar, implantar, supervisionar, coordenar e monitorar projetos de engenharia de transportes, trânsito e sistema viário;  
 Operar, manter e gerenciar sistemas de transportes e trânsito;  
 Gerenciar a operação da acessibilidade e da mobilidade visando o desenvolvimento sustentável das cidades;  
 Identificar, formular e solucionar problemas ligados às atividades de operação, análise, otimização e gerenciamento aplicados às redes de transportes, às cadeias de suprimentos, à prestação de serviços públicos, buscando funcionalidade, sustentabilidade, segurança e economia;  
 Determinar as condições ideais para a movimentação de pessoas, bens, informações e alocação de recursos;  
 Interpretar de maneira dinâmica a realidade e nela interferir identificando, formulando e solucionando problemas, bem como produzindo, aprimorando, divulgando conhecimentos, tecnologias, serviços e operações.  
 Aplicar e desenvolver ferramentas e técnicas que auxiliam na construção, manutenção e operação de terminais de cargas e passageiros;  
 Executar pesquisas de campo e laboratorial e elaborar relatórios de pesquisa;  
 Ler, interpretar e desenhar projetos de infraestrutura.  
 Identificar e desenvolver tecnologias para projeto, construção e operação de vias;  
 Perceber as inter-relações entre o transporte, o trânsito, a ocupação do solo urbano, o tempo e o meio ambiente urbano, como partes integrantes de um mesmo sistema, de modo a ter uma visão integrada e sistêmica;  
 Avaliar a operação e manutenção dos sistemas de transportes de forma crítica e ética;  
 Avaliar os impactos dos sistemas de transportes nos contextos social, ambiental, político e econômico-financeiro;  
 Avaliar a viabilidade econômica dos projetos de engenharia de transportes.  
 Planejar e gerenciar o tempo visando organizar e priorizar os elementos determinantes para execução de tarefas;  
 Trabalhar em equipe multidisciplinares, visando a integração e o diálogo com os diversos profissionais bem como entender e responder adequadamente ao comportamento do outro;  
 Lidar com a diversidade e multiculturalidade do mundo do trabalho;  
 Identificar soluções que visam a otimização de resultados;

Com isso espera-se que os discentes estejam aptos a atender as necessidades do mundo do trabalho local, regional, nacional e, até mesmo, internacional.

### 1.12. Identificar as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica para cursos de licenciatura.

Não se aplica

### 1.13. Verificar as especificidades do Despacho Saneador e o cumprimento das recomendações, em caso de Despacho Saneador parcialmente satisfatório.

Não se aplica

### 1.14. Informar os Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiência (TSD), Medidas Cautelares e Termo de Supervisão e observância de diligências e seu cumprimento, se houver.

Não se Aplica.

### 1.15. Informar o turno de funcionamento do curso.

Matutino

### 1.16. Informar a carga horária total do curso em horas e em hora/aula.

O Curso possui carga-horária de 4327 horas e 3807 horas/aulas.

### 1.17. Informar o tempo mínimo e o máximo para integralização.

**Dimensão 1: Análise preliminar**

Tempo mínimo: 10 semestres

Tempo máximo: 20 semestres

1.18. Identificar o perfil do(a) coordenador(a) do curso (formação acadêmica; titulação; regime de trabalho; tempo de exercício na IES; atuação profissional na área). No caso de CST, consideração e descrição do tempo de experiência do(a) coordenador(a) na educação básica, se houver.

COORDENADOR MARIA DE LOURDES MAGALHAES

Vínculo Empregatício : Estatutário

Titulação Máxima Doutorado

Regime de Trabalho Integral

Tempo de vínculo ininterrupto do docente com o curso (em meses): 51

1.19. Calcular e inserir o IQCD, de acordo com o item 4.9 da Nota Técnica nº 16/2017, Revisão Nota Técnica Nº 2/2018/CGACGIES/DAES.

Pelo PPC do curso existem 10 professores:

1. Beatriz Salles (mestre, doutoranda)
2. Denis Biolkino (doutor desde 12/03/2019)
3. Denise Aparecida Ribeiro (doutora)
4. Luciana Araujo Azevedo (doutora)
5. Marcos de Lucca Rothen (mestre)
6. Maria de Lourdes Magalhães (doutora)
7. Mariana de Paiva (doutora)
8. Patricia Vilela Margon (doutora)
9. Ricardo Gonçalves Freire (doutor, conclusão depois da elaboração do projeto)
10. Roberto Carlos Veloso (mestre)

Desta Maneira o IQCD= 4,4

Entre os componentes curriculares estão disciplinas da área de física, matemática, topografia, construção civil, laboratórios etc. que não são da área de Transportes especificamente e de outras coordenações.

O sistema registra todos os professores que atuaram nessas disciplinas, inclusive os professores substitutos que atuam temporariamente na Instituição.

Os outros 27 docentes cadastrados com disciplina não constam do PPC, são eles:

VINÍCIUS CARRÃO DOS SANTOS, MAURÍCIO BRAGA DE ARAUJO, HERNANE DE TOLEDO BARCELOS;  
 AVILMAR ANTÔNIO RODRIGUES, Patricia Layne Alves, JUSSANA MILOGRANA;  
 BREYTNER RIBEIRO MORAIS, LILIAN ROCHA CALDEIRA, LUCIENE ARAUJO DE ALMEIDA;  
 CARLOS AUGUSTO DA SILVA CABRAL, SIMONE SOUZA RAMALHO, João Carlos de Oliveira,;  
 DÁLCIO RICARDO BOTELHO ALVES, EDIPO HENRIQUE CREMON, FERNANDA POSCH RIOS;  
 EMÍLIO SANTIAGO NAVES, Elias Calixto Carrijo, JOLIVE MENDES DE SANTANA FILHO;  
 GIOVANE BATALIONE, ENIO RODRIGUES MACHADO, FLAVIA CRISTINA GOMES;  
 Humberto Rodrigues Mariano ERICK GOMES PIRES, LIANA DE LUCA;  
 João Batista de Paula Abreu, Fabio de Castro Bezerra, GEOVANNE CAETANO GOMES.

1.20. Discriminar o número de docentes com titulação de doutor, mestre e especialista.

A coordenação da área de Transportes tem 10 professores efetivos que atuam especificamente nas disciplinas relativas aos Transportes, 7 doutores e 3 mestres

1.21. Indicar as disciplinas a serem ofertadas em língua estrangeira no curso, quando houver.

Não se aplica

1.22. Informar oferta de disciplina de LIBRAS, com indicação se a disciplina será obrigatória ou optativa.

Segundo PPC, a oferta do ensino de Língua de Brasileira de Sinais (LIBRAS) está contemplada no currículo do curso como disciplina curricular Optativa, em consonância com o Decreto da Presidência da República nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

1.23. Explicitar a oferta de convênios do curso com outras instituições e de ambientes profissionais.

Segundo Plenária do Congresso Institucional 2018, as seguintes ações no campo do Ensino devem ser priorizadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás durante a vigência do PDI 2019/2023:

- Ação 20. Fomentar e ampliar convênios com instituições regionais de modo que os estudantes possam cursar disciplinas e aproveitá-las em seu curso
- Ação 40. Realizar convênios com as secretarias municipais e estaduais de educação com vistas a disponibilizar até 20% de vagas extras em cada curso de licenciatura para os docentes que atuam nas redes públicas de ensino, com edital de seleção próprio.

Não foram encontradas informações complementares.

1.24. Informar sobre a existência de compartilhamento da rede do Sistema Único de Saúde (SUS) com diferentes cursos e diferentes instituições para os cursos da área da saúde.

Não se aplica

1.25. Descrever o sistema de acompanhamento de egressos.

**Dimensão 1: Análise preliminar**

Segundo PDI 2019-2023 foram encontradas as ações;

- Consolidar o Portal de Egressos e realizar o Encontro anual de Egressos em cada Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, como parte da Política de Acompanhamento do Egresso.

- Acompanhamento de Egressos: ações que visam a acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários no mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão da Instituição.

- Encontro de Egressos, Encontro de Tecnólogos, Encontro de Técnicos e outros similares. O evento será realizado em todos os Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. O seu objetivo é promover a integração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás com a sociedade, estimulando a interação e a troca de experiências entre as unidades de ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, estudantes, egressos, servidores, setor empresarial, comunidade científica e o público em geral, de modo a divulgar, fortalecer e incentivar a realização de ações institucionais de caráter social, tecnológico, artístico, cultural e esportivo que contribuam para o desenvolvimento regional de modo sustentável

Não foram encontradas ações referentes ao curso

1.26. Informar os atos legais do curso (Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento do curso, quando existirem) e a data da publicação no DOU ou, em caso de Sistemas Estaduais, nos meios equivalentes.

Denominação do Curso: Engenharia de Transportes

Campus de Oferta do Curso: Goiânia

Ato Autorizativo de Oferta do Curso: Resolução nº. 31 de 03.12.2013

1.27. Indicar se a condição de autorização do curso ocorreu por visita (nesse caso, explicitar o conceito obtido) ou por dispensa.

Por dispensa

1.28. Apontar conceitos anteriores de reconhecimento ou renovação de reconhecimento, se for o caso.

Não se aplica

1.29. Informar o número de vagas autorizadas ou aditadas e número de vagas ociosas anualmente.

Periodicidade do Processo Seletivo: Anual

Vagas: 30 anuais

1.30. Indicar o resultado do Conceito Preliminar de Curso (CPC contínuo e faixa) e Conceito de Curso (CC contínuo e faixa) resultante da avaliação in loco, quando houver.

Não se aplica

1.31. Indicar o resultado do ENADE no último triênio, se houver.

Não se aplica

1.32. Verificar o proposto no Protocolo de Compromisso estabelecido com a Secretaria de Supervisão e Regulação da Educação Superior (SERES), em caso de CPC insatisfatório, para o ato de Renovação de Reconhecimento de Curso.

Não se aplica

1.33. Calcular e inserir o tempo médio de permanência do corpo docente no curso. (Somar o tempo de exercício no curso de todos os docentes e dividir pelo número total de docentes no curso, incluindo o tempo do(a) coordenador(a) do curso).

Beatriz Carneiro Carvalho Salles- 51 meses

Denise Aparecida Ribeiro- 51 meses

Denis Biolkino de Sousa Pereira- 51 meses

Luciana Araujo Azevêdo- 21 meses

Maria de Lourdes Magalhães- 51 meses

Mariana de Paiva- 51 meses

Marcos de Luca Rothen- 51 meses

Patrícia Vilela Margon- 33 meses

Ricardo freire Gonçalves- 3 meses

Roberto Carlos veloso de Sousa- 51 meses

Soma: 41,4

Tempo médio de permanência do corpo docente no curso é igual a 41,4 meses

1.34. Informar o quantitativo anual do corpo discente, desde o último ato autorizativo anterior à avaliação in loco, se for o caso: ingressantes; matriculados; concluintes; estrangeiros; matriculados em estágio supervisionado; matriculados em Trabalho de Conclusão de Curso – TCC; participantes de projetos de pesquisa (por ano); participantes de projetos de extensão (por ano); participantes de Programas Internos e/ou Externos de Financiamento (por ano).

Dados não oferecidos

1.35. Indicar a composição da Equipe Multidisciplinar para a modalidade a distância, quando for o caso.

Não se aplica.

**Dimensão 2: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA****3,79**

2.1. Políticas institucionais no âmbito do curso.

4

**Dimensão 1: Análise preliminar**

**Justificativa para conceito 4:** Por meio da Resolução CNE/CES 11 de 11 de março de 2002 e das atividades e campos de atuação profissional estabelecidos pela Resolução nº 1.010 de 2005 do CONFEA, o PPC do curso de bacharelado em Engenharia de Transportes do Campus Goiânia prevê o perfil do egresso como: "o Engenheiro de Transportes do IFG deverá ter flexibilidade e conhecimentos técnicos, tecnológicos e científicos para absorver e desenvolver novas tecnologias com percepção e entendimento global do sistema de transporte e trânsito, inserido no contexto urbano e interurbano, político, econômico, social e ambiental, com visão ética e formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capaz de atender as demandas da sociedade. Além disso, este profissional deve possuir uma formação multidisciplinar, abrangendo as áreas de infraestrutura de transportes, transporte de passageiros e de cargas, logística, engenharia de tráfego e mobilidade urbana". Tal contexto, associado a condução de disciplinas básicas e profissionalizantes definidas no currículo pleno (e em vigor), proporcionam ao estudante do bacharelado de Engenharia de Transportes o embasamento teórico e prático para formação generalista. Pelos dados inseridos no PDI e PPC, em conjunto ao que foi verificado in loco, conclui-se que as políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa estão implantadas. O IFG apresenta um campo de ensino que envolve, prioritariamente, a oferta de cursos técnicos de nível médio de forma integrada, incluindo a modalidade de Educação de Jovens e Adultos e a Educação Superior nas modalidades de Licenciatura, Tecnologia e Bacharelado. O PPC de Engenharia de Transportes do campus Goiânia está estruturado de forma a assegurar o cumprimento dos princípios estabelecidos pela Constituição Federal e pela LDB, embasando o Projeto Pedagógico do curso nos princípios de igualdade, liberdade de aprender, no respeito a diversidade, na valorização dos conhecimentos adquiridos de forma extracurricular e nas relações entre o trabalho, a ciência e a tecnologia. As oportunidades de aprendizagem são promovidas não só na organização didático-pedagógica como também na promoção de projetos de Iniciação Científica (foram 18 discentes envolvidos com projetos de pesquisa com situações que variam entre encerrado, voluntário e não iniciado por falta de bolsa) e 25 monitores desde 2015/1 a 2019/1. O IFG mantém uma agenda de atividades de extensão, dentre elas: Jogos dos Institutos Federais; Festival de Artes de Goiás; Semana Nacional de Ciência e Tecnologia; Simpósio de Pesquisa, Ensino e Extensão. Como também a realização de alguns projetos de pesquisa: 1) Avaliação da qualidade do transporte coletivo de passageiros oferecido na Região Metropolitana de Goiânia; 2) A fluidez das redes de transporte urbano: intervenções espaciais e mobilidade urbana na rodovia estadual GO-060; 3) Ações para Melhoria da Mobilidade na Região Metropolitana de Goiânia. Durante a visita foi apresentado também um relatório das atividades complementares realizadas pelo curso desde sua fundação até 2018, reunindo propostas, relatos finais, registros em foto e clipagem de uma variedade de atividades (eventos, palestras, visitas técnicas, viagens culturais, fóruns e dentre outros), oferecidas no próprio campus ou externamente. Porém, foi verificado pela comissão, que o perfil generalista, de um lado, estimula a promoção de atividades diversas, mas de outro, desvia o olhar conciso para problemas específicos e vinculados no contexto local, reunindo poucas experiências que promovam maiores oportunidades de aprendizagem por projetos interdisciplinares ou por situações problema que estimula a pesquisa e a transposição do conhecimento para problemas reais. Nesse sentido, ainda é incipiente a construção de práticas exitosas ou inovadoras, a publicação de estudos de referência que possibilite o avanço para áreas de conhecimento mais concisas e até mesmo a criação de linhas de pesquisa em modalidades lato sensu ou stricto sensu que possam reinserir o egresso em pesquisas baseadas em problemas concretos.

## 2.2. Objetivos do curso.

4

**Justificativa para conceito 4:** Pela visita realizada foi verificado que os objetivos do curso, constantes no PPC, estão implementados. O curso de Engenharia de Transportes do IFG oferece aos discentes formação técnica e humanística, estimulando a reflexão crítica, a curiosidade científica, a criatividade, e a investigação, objetivando formar profissionais que atendam aos atuais rumos e aos novos desafios da Engenharia, de maneira racional, econômica e eficiente, em caráter local, regional, nacional e internacional. A estrutura curricular proporciona ao estudante o embasamento teórico e prático para formação generalista do Engenheiro de Transportes. O próprio Instituto Federal, conforme o artigo 6º da Lei 11.892 de 29/12/2008, se compromete a ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Para além disso, a implantação dos objetivos, conta com o esforço continuado dos profissionais em oferecer e manter a oferta de uma variedade de atividades complementares. Além destas práticas, os estudantes podem participar de programas de monitoria remunerada ou voluntária, programas de Iniciação Científica — de acordo com Editais publicados pelo IFG — bem como em projetos de Pesquisa & Desenvolvimento liderados por docentes, fazendo uma integração entre teoria e prática. Por essa oferta diversificada, ampla e abrangente, percebe-se a multidisciplinariedade como fator positivo, estimulando a participação dos estudantes em atividades complementares por meio da iniciativa e da dinamicidade de cada estudante, dando ao corpo discente autonomia para buscar as atividades que mais lhe interessam para delas participar. Mas por outro lado, a gestão de tais atividades carece de influência, de ações focalizadas que estabeleçam grupos de estudos, laboratórios de pesquisa que impulsionem práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso.

## 2.3. Perfil profissional do egresso.

4

**Dimensão 1: Análise preliminar**

**Justificativa para conceito 4:** O perfil profissional do egresso está devidamente previsto no PPC, estando também de acordo com as DCNs, oferece aos discentes condições para adquirir um perfil profissional que compreenda as habilidades e competências previstas na Resolução CNE/CES 11, de 11 de março de 2002, art. 4 e articula com as necessidades locais e regionais. Os docentes vinculados à área de Transportes do IFG fizeram uma extensiva pesquisa junto às empresas, órgãos públicos e universidades, a fim de verificar a pertinência da implantação do Curso Superior de Engenharia de Transportes no Instituto Federal de Goiás – Campus Goiânia. Foi constatado, durante esta pesquisa, que em função da falta de profissionais com nível superior na área de transportes e das exigências do mercado de trabalho, existia sim a necessidade da formatação de um curso — na modalidade bacharelado — capaz de formar profissionais que lidam com infraestrutura de transportes, transporte de passageiros, transporte de cargas, logística, engenharia de tráfego e mobilidade urbana, já que era ofertado na região apenas cursos nas modalidades lato sensu e stricto sensu. Por essa pesquisa verificaram que o mercado de trabalho busca engenheiros que possam atender aos anseios de assimilar e desenvolver novas tecnologias na área de transportes de maneira racional, econômica e eficiente. Assim, o perfil do egresso, desenhado pelo curso Bacharelado em Engenharia de Transportes do Instituto Federal de Goiás - IFG - Campus Goiânia, prevê possibilitar ao Engenheiro de Transportes a flexibilidade e os conhecimentos humanísticos, técnicos, tecnológicos e científicos necessários para atender aos atuais rumos e os novos desafios da Engenharia, tanto nos planos local, regional, nacional quanto internacional. A cidade de Goiânia, situada na mesorregião centro goiano, onde se localiza o IFG e o curso de Engenharia de Transportes, apresenta-se como um polo concentrador de serviços públicos e privados, que propiciaram a criação da Região Metropolitana de Goiânia. Para essa região, converge um grupo de rodovias Federais e Estaduais radiais e diametrais, através das quais circulam cargas e passageiros de todo e para todo o Brasil. Além dessa demanda interurbana, foi salientada, pela pesquisa que comprova a aderência do curso na região, a dinâmica do setor privado, sendo ele composto por grandes indústrias nos mais diversos ramos de atuação, como também, os serviços e a vocação para o turismo de negócios e eventos que vem consolidando de forma positiva na região. Tais eixos de desenvolvimento convocam investimentos de toda espécie na implantação e melhoria das vias destinadas à circulação de pessoas e cargas. Com base nesses fatores, e outros detalhadamente apresentados nos documentos do curso, o bacharelado em Engenharia de Transporte foi criado fortemente vinculado a história da região e à história do Instituto e, de posse de todo esse legado, foi estabelecido o perfil profissional do egresso coerentes ao contexto educacional e às características locais e regionais. Porém, mesmo com uma rotina de avaliações, feitas tanto pelo NDE e pelo CPA, a estrutura curricular não sofreu ajustes desde sua implantação. Percebe-se pouca flexibilidade, atividades inter e transdisciplinares, a acessibilidade metodológica com interligação dos conteúdos, utilização de práticas baseadas em evidências, tempestade de ideias, prática em problemas concretos e discussões sobre as inovações da área, restringindo o perfil do egresso em função de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho.

2.4. Estrutura curricular. Disciplina de LIBRAS obrigatória para licenciaturas e para Fonoaudiologia, e optativa para os demais cursos (Decreto nº 5.626/2005). 3

**Justificativa para conceito 3:** A estrutura curricular está prevista no PPC e implementada, considera a flexibilidade e a atuação em equipes multidisciplinares, considerando a integração e o diálogo com os diversos profissionais, principalmente durante as aulas das disciplinas do núcleo básico. A promoção de atividades complementares, divididas em 17 categorias, estimula a participação dos estudantes e desperta a postura ativa de cada envolvido ao buscar pelas atividades que mais lhe interessam para delas participar. O IFG campus Goiânia oferece condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. O curso funciona no turno matutino e no contraturno oferece acesso aos laboratórios, aos monitores e à biblioteca. O Curso possui carga-horária total de 4327 horas, sendo 400 horas de estágio curricular obrigatório, 120 de horas de atividades complementares e 3807 horas/aulas, atendendo as Diretrizes Curriculares. As articulações entre teoria e prática são evidenciadas no PPC e no estímulo a participação em projetos de iniciação científica, práticas em Laboratórios, simulação através de softwares, pesquisas realizadas pela Internet e utilização da Plataforma de Ensino do IFG, aulas expositivas dialogadas, seminários e visitas. Disciplina LIBRAS é oferecida entre os componentes curriculares optativos do curso e cursos de formação para os docentes estão sendo administrados para familiarização em ambientes virtuais de aprendizagem para que, aos poucos, o corpo docente se instrumente com as ferramentas digitais. Porém, durante a visita in loco, pouco se apreendeu sobre a articulação entre os componentes curriculares com ações interdisciplinares tanto no percurso de formação dos alunos quanto nas ementas das disciplinas e atas de reuniões de colegiado e NDE. Estas informações foram ratificadas pelos depoimentos dos discentes ao questionar o processo de implantação da estrutura curricular do curso, nos devolvendo uma certa incompreensão do propósito das disciplinas durante o Núcleo Básico; dos docentes ao questionar a diluição das fronteiras disciplinares ao reunir alunos de outros cursos em disciplinas comuns e como se dava o encontro com a diversidade de expectativas ao aclimatar demandas conceituais de cada perfil envolvido; e na reunião de NDE ao se questionar estratégias coletivas de reestruturação do curso, planejamento do fluxograma, quebra de pré-requisitos ao longo da implantação do curso, alteração de ementas e referências bibliográficas e o que era apresentado eram estratégias individuais consensuadas em grupo e apresentadas como forma de experiência, sem planos efetivos de mudança de curso e/ou estratégias.

2.5. Conteúdos curriculares. 3

**Dimensão 1: Análise preliminar**

**Justificativa para conceito 3:** Os conteúdos curriculares, previstos no PPC, possibilitam o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, garantindo a formação de um profissional generalista e a atualização da área por meio de uma diversidade de atividades complementares, pela oferta de disciplinas optativas — as mesmas são atualizadas de acordo com os arranjos produtivos regionais e as inovações tecnológicas, conforme a disponibilidade de docente para lecionar a disciplina — e na postura ativa e autônoma do corpo discente. Foi verificado a adequação das cargas horárias (em horas-relógio), distribuindo a carga-horária total de 4.327 horas em: 1) 1.215 para formação do Núcleo Básico; 2) 864 para o Núcleo Profissionalizante; 3) 1.620 para o Núcleo Específico; 4) 108 para disciplinas optativas; 5) 400 para Estágio Curricular Obrigatório e 6) 120 para Atividades Complementares, sendo integralizadas no período mínimo de 10 (dez) semestres e o período máximo de 20 (vinte) semestres. As bibliografias recomendadas estão de acordo com as ementas e os objetivos das disciplinas e, conforme o PPC, atendem às exigências do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), mesmo apresentando um acervo em que a maioria da bibliografia básica são de exemplares com mais de 10 anos e sem ter tido a experiência de realizar o Exame. Consta no PPC a disciplina Projeto Integrador que tem como objetivo básico a capacitação do estudante quanto à realização de um projeto multidisciplinar que o leve a uma visão integrada das diversas disciplinas do curso de Engenharia de Transportes, reforçando o caráter generalista e com uma tendência ao predomínio de diálogos internos às áreas de conhecimento citadas no PPC: infraestrutura de transportes, transporte de passageiros, transporte de cargas, logística, engenharia de tráfego e mobilidade urbana. A acessibilidade metodológica foi identificada pela atuação do NAPNE dedicada à atenção especial garantindo a acessibilidade metodológica e instrumental. A oferta do ensino de Língua de Brasileira de Sinais (LIBRAS) está contemplada no currículo do curso como disciplina curricular optativa, em consonância com o Decreto da Presidência da República nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 e também conforme Lei nº 10.436/2002. A oferta do ensino de conteúdos que contemplam a educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, também está prevista no curso em disciplina Optativa, com preconiza o CNE. Uma ação expressiva que o curso compactua é a realização do Encontro de Culturas Negras e Seminário de Educação para as Relações Étnico-raciais. É um evento anual com temas variados, que incluem atividades acadêmicas e culturais, como conferências, mesas de diálogos, rodas de conversas, oficinas, mostra de cinema-afro, feira multicultural e apresentações teatrais e musicais de caráter étnico e regional. “O espaço das Mulheres Negras no Estado de Goiás”, “A Afro-perspectiva e educação no Brasil: sujeitos, identidades e corporeidades” e a “Educação e antirracismos no horizonte da Lei 10.639/2003” fazem parte dos temas abordados neste evento. A matriz proposta também atende as Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental onde, de forma ampla é trabalhado nas seguintes disciplinas obrigatórias: Estudo dos Impactos de Polos Geradores de Viagens e Impactos Ambientais dos Transportes. No entanto, não identificamos registros de ações que aproximassem o estudante com inovações científicas atuais disponíveis para a atuação profissional no mercado de trabalho, diferenciando o curso dentro da área profissional.

## 2.6. Metodologia.

4

**Justificativa para conceito 4:** A metodologia está prevista no PPC e em consonância com as DCNs e atende ao desenvolvimento de conteúdos ao aplicar algumas técnicas de ensino de forma a tornar as aulas mais práticas e objetivas. O curso de Engenharia de Transportes do IFG criou um sistema de avaliação das metodologias adotadas, além de outras instâncias. Os questionários — com perguntas fechadas e abertas — são apresentados aos alunos no início do segundo mês a cada dois anos com início em 2017, visando o contínuo acompanhamento das atividades. Foram realizadas duas avaliações até agora: uma no primeiro semestre de 2017 e outra em 2019. Os resultados obtidos são apresentados aos professores até o fim do mês de aplicação, dando liberdade aos professores para analisarem os resultados e proporem medidas para melhorias a medida que isso se torne pertinente, criando, adicionalmente, um ciclo de melhorias contínuas. Nesse sentido, o NDE – Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Engenharia de Transportes do IFG – Campus Goiânia é o responsável pela elaboração e/ou aprovação do questionário, tabulação dos dados e apresentação dos resultados aos professores. Para situações que envolvam outras coordenações, como por exemplo, das disciplinas básicas, a coordenação do Curso deverá realizar gestão com seus pares com a finalidade de dar divulgação aos resultados e sempre que possível solicitar o empenho desses para apresentarem melhorias para a formação dos alunos. Conforme o relatório final da avaliação aplicada em 2017/01, no campo facultado aos estudantes, com relação às estratégias de aprendizagem, foram levantadas as seguintes pontos negativos: 1) A disciplina Física Mecânica não deveria ser apresentada no primeiro período; 2) Falta de projetos de iniciação científica; 3) Falta de vagas de estágio; 4) Falta de professores para matérias específicas; 5) divulgação externa deficiente do Curso de Engenharia de Transportes. Já a avaliação de 2019/01 resgatou os pontos deficientes e apresentou um conjunto de ações focadas na melhoria do curso. Pela visita in loco foi verificado que o esquema de avaliação e estratégias de ensino-aprendizagem se pautam em: Práticas em Laboratórios; Simulação através de softwares; Pesquisas realizadas pela Internet e utilização da Plataforma de Ensino do IFG; Seminários e Visitas Técnicas e que existe um esforço crescente com relação a implantação do método de aprendizagem via projetos e o ensino baseado em problemas agenciados de forma interdisciplinar, porém, ainda incipiente. Além dessas estratégias, a IES mantém uma agenda que oportuniza uma multiplicidade de atividades complementares a livre escolha do estudante. Nesse sentido, a metodologia se coaduna com práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática, porém não traz um perfil inovador com aprendizagem diferenciada. Foi verificado a criação de estratégias variadas que possibilitam formar um profissional egresso generalista, com visão ampliada na área da Engenharia de Transportes.

2.7. Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).

3

**Justificativa para conceito 3:** Segundo PPC o estágio curricular obrigatório no curso de Engenharia de Transportes no Campus Goiânia do IFG está regulamentado pela Resolução IFG nº.57 de 17 de novembro de 2014. Sua carga horária é de 400 horas e segue regulamentação específica, devidamente implementada e aprovada pela instituição. Na pasta Avaliação do Estágio Curricular encontra-se os dados de convênios com 20 empresas e seus respectivos números de convênio. Também foi informada pela instituição o número de discentes matriculados na disciplina desde o ano de 2015. Os alunos são avaliados por meio da Ficha de Avaliação do Estagiário pelo Supervisor, da Ficha de Auto avaliação e do Relatório Final, cujos modelos se encontram no Anexo da Resolução IFG nº.57 de 17 de novembro de 2014. Porém, nas entrevistas feitas e nos documentos apresentados não foram salientadas estratégias para gestão da integração entre ensino e mundo do trabalho, considerando as competências previstas no perfil do egresso, apenas que é desejável que o estudante exerça atividades em ambientes do mercado de trabalho em que o egresso será inserido.

2.8. Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.

NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica.

2.9. Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.

NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica.

**Dimensão 1: Análise preliminar**

2.10. Atividades complementares. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem atividades complementares. NSA para cursos que não contemplam atividades complementares no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN). 3

**Justificativa para conceito 3:**As Atividades Complementares previstas no projeto de curso de Bacharelado em Engenharia de Transportes do Campus Goiânia do IFG obedecem a Resolução nº.16 de 26 de dezembro de 2011 – Regulamento das Atividades Complementares de Graduação do IFG e são responsáveis por 120 horas da carga horária do curso. Em reunião com os estudantes foram confirmadas as seguintes atividades complementares: I –Visitas Técnicas; II –Atividades Práticas de Campo; III –Participação em eventos técnicos, científicos, acadêmicos, culturais, artísticos e esportivos.; V –Apresentação de trabalhos em feiras, congressos, mostras, seminários e outros.; VI – Monitorias por período mínimo de um semestre letivo.; VII –Participação em projetos e programas de iniciação científica e tecnológica como discente titular do projeto, bolsista ou voluntário. Por essa lista, é verificado que existe um investimento em criar uma diversidade de atividades e de formas de aproveitamento e a aderência à formação geral do discente. Conforme conversa com discentes, relatório CPA e NDE, percebe-se que estágio curricular não obrigatório igual ou superior a cem horas é um motivo de insatisfação dos alunos. Em reunião com professores e NDE e discentes verifica-se atividades como projetos de extensão pesquisa são realizados, mas não com representatividade; os docentes reportaram que estão sendo tomadas atitudes em relação a estágio. Na pasta Portfólio das Atividades Complementares Vinculadas ao Curso, são verificadas as atividades Roda de Conversa, semana de departamento e SECITEC. Na pasta Listagem de alunos que recebem bolsas de auxílio a pesquisa, monitoria e estágio são apresentados os alunos que foram monitores. Foram apresentados os relatórios de viagens e visitas técnicas pela coordenação. Na pasta-acompanhamento de alunos vinculados aos programas de iniciação científica são verificados os alunos que fizeram ou estão em programa de indicação científica com bolsa ou sem. No entanto, a regulamentação das Atividades Complementares não estabelece de forma evidente como ocorre a aderência dessas atividades à formação específica do discente constante no PPC. Também, não foi possível constatar a existência de mecanismos eficientes e inovadores de regulação, gestão e aproveitamento das atividades complementares.

2.11. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Obrigatório para cursos cujas DCN preveem TCC. NSA para cursos que não contemplam TCC no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN). 5

**Justificativa para conceito 5:**O curso de Engenharia de Transportes tem seu Trabalho de Final de Curso devidamente regulamentado por norma específica e aprovado pela Resolução nº. 28, de 11 de agosto de 2014 do IFG, e está de acordo com Resolução CNE/CES 11, de 11 de março de 2002, art. 4: O Trabalho de Conclusão de Curso –TCC –está dividido em duas disciplinas obrigatórias –TCC I e TCC II para o curso de Bacharelado em Engenharia de Transportes do Campus Goiânia do IFG, tendo uma carga horária prevista de 108 horas. Dos 8 concluintes em 2019, 6 estão cursando TCC. A administração do departamento disponibiliza manuais atualizados para normalização de trabalhos acadêmicos específicos para o curso, conforme confirmado em reunião com os técnicos administrativos. Conforme visita in loco o repertório, é on line e acessível para o público em geral.

2.12. Apoio ao discente. 4

**Justificativa para conceito 4:**É de interesse dos Institutos promover a justiça social, a equidade, o desenvolvimento sustentável visando à inclusão social e implementações de soluções técnicas e tecnológicas por meio da formação e qualificação profissional para os diversos setores da economia. Além disso, devem atender às demandas por formação profissional, propagação de conhecimentos científicos e de apoio aos arranjos produtivos locais. Com base nisso, foi verificado o apoio ao discente com auxílio alimentação no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) e acordos de parceria com lanchonetes e restaurantes próximos a IES. São disponibilizados Médico, Odontólogo e Técnico em Enfermagem. Quanto ao Serviço Social, o atendimento é realizado por equipe especializada, incluindo uma Psicóloga que auxilia os estudantes com problemas de ordem emocional, promovendo a inclusão e acessibilidade dos estudantes com necessidades educacionais específicas através do NAPNE. O curso de Engenharia de Transportes conta com dois bolsistas do Estágio Interno – Engenharia de Transportes – e 18 estudantes em Iniciação Científica, além de oferecer programas de monitoria e adotar uma Política de Acompanhamento de Egressos no IFG em conformidade com a Portaria nº 2884, de 27 de dezembro de 2017. Tal política estabelece o processo de conhecimento, avaliação e acompanhamento da instituição, tendo como foco o contexto do ex-aluno. Assim, investiga-se a realidade profissional e acadêmica do egresso e suas impressões acerca do seu processo de formação e da adequação da proposta do seu curso de formação, para a obtenção de informações relevantes a fim de subsidiar o planejamento, a definição e a retroalimentação das políticas educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Porém, um programa exclusivo de acompanhamento do egresso do curso de Engenharia de Transportes não foi apresentado/relatado durante a visita in loco. A IES estimula, por meio de apoio financeiro, a participação de discentes em eventos científicos – seja nacional ou internacional – e mantém a existência de Centros e Diretórios Acadêmicos e uma Atlética. Contudo, não foi constatada a promoção de outras ações comprovadamente exitosas ou inovadoras.

2.13. Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa. 5

**Justificativa para conceito 5:**A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional de forma permanente e composta por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica e também por representantes da sociedade – Comissão Própria de Avaliação (CPA). O IFG campus Goiânia conta com o SLA Goiânia (Subcomissão Local de Avaliação). A Resolução 32/2018 CONUP/IFG torna obrigatória a elaboração de um Plano de Ação da unidade e que apresente e publique no site institucional soluções aos problemas apontados através de um Relatório de Auto de Avaliação Institucional, garantindo que as avaliações externas sirvam de insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso. É importante destacar que o processo de elaboração e consolidação do Relatório de Autoavaliação é compreendido de forma substancial e não só como mero procedimento burocrático ou movimento de avaliar por avaliar. O presente Relatório busca contribuir efetivamente para promoção de melhorias na Instituição por meio da disponibilização dos dados, análises e sugestões da CPA para os agentes envolvidos nos processos deliberativos, de modo que as políticas institucionais sejam cada vez mais assertivas. A essa comissão avaliadora foram apresentados os resultados da autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, referente aos anos de 2017 e 2018. Dado que foram amplamente divulgados à comunidade acadêmica e discutidos junto à gestão do IFG, em eventos institucionais.

2.14. Atividades de tutoria. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

**Justificativa para conceito NSA:**Não se Aplica.

2.15. Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

**Justificativa para conceito NSA:**Não se Aplica.

2.16. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem. 3

**Dimensão 1: Análise preliminar**

**Justificativa para conceito 3:** Considerando os processos de ensino e aprendizagem foi verificado in loco que as tecnologias de informação e comunicação adotadas permitem a execução do projeto pedagógico do curso. O curso de Engenharia de Transportes conta com projetores instalados na sala de aula e, aliados a isso, a Instituição possui um sistema de Gestão Acadêmica Integrado – Q-Acadêmico – que atende a toda a comunidade do Instituto, inclusive a externa, ao disponibilizar informações de interesse. Cada sala de aula está identificada por um QR Code que exhibe horário, professor e disciplina a ser administrada, facilitando a leitura do mapa de salas. As aulas das disciplinas dos núcleos básico, profissionalizante e específicos que necessitam de computadores, são ministradas preferencialmente nas dependências do laboratório de Informática vinculado à Área de Transportes (Sala S2-702) e também nos demais laboratórios de informática presentes na instituição e nos laboratórios da área de Tecnologia da Informação e Geomática. Os softwares instalados são recentes e todos com licença livre para o uso de estudantes. Cada laboratório conta com 30 computadores e apresenta uma margem de 5% de máquinas em manutenção. Dessa forma, o bacharelado de Engenharia de Transportes garante a acessibilidade digital e comunicacional e experimenta situações de interatividade entre docentes, discentes e tutores quando se faz necessário. Porém, não é atribuído aos professores do curso o papel de elaborar e orientar atividades didáticas, auxiliando os discentes na sistematização, assimilação e produção de conhecimentos, coordenando, problematizando e instaurando o diálogo, através das ferramentas tecnológicas.

2.17. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica.

2.18. Material didático. NSA para cursos que não contemplam material didático no PPC. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não consta no projeto pedagógico do curso.

2.19. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem. 3

**Justificativa para conceito 3:** Os critérios de avaliação da aprendizagem constam no PPC do curso. Por esse item são descritos os procedimentos de acompanhamento e de avaliação alinhados aos anseios do Instituto como um todo: "Para tanto, no acompanhamento constante do aluno é observado não apenas o seu progresso quanto à construção de conhecimentos científicos, mas também a atenção, o interesse, as habilidades, a responsabilidade, a participação, a pontualidade, a assiduidade na realização de atividades e a organização nos trabalhos escolares que o mesmo apresenta. Assim, não apenas os aspectos quantitativos devem ser considerados, mas também – e principalmente – os aspectos qualitativos, conforme a modalidade vigente no IFG". A autonomia em alterar a periodicidade das avaliações e a modalidade envolvida em cada disciplina são respaldadas pela Resolução nº 19, de 26 de dezembro de 2011. O Q-Acadêmico auxilia a sistematização e divulgação das informações aos estudantes. Porém, pelos documentos consultados e entrevistas feitas, principalmente os relatórios de avaliação do curso, avaliação do quesito 18 (Como você avalia o critério de avaliação do processo de ensino-aprendizagem adotado pela maioria dos professores do curso), referente a Organização Didático-Pedagógica, aparece em 13º lugar entre os itens de maior relevância. No relatório de 2019 essa categoria eleva no ranking, mas pouco se percebe, na exposição e discussão dos resultados que essa categoria se alinha com os mecanismos de formação, refletindo, efetivamente, no planejamento, ajuste ou redirecionamento das práticas pedagógicas no intuito de aprimorar a aprendizagem discente. O curso de Engenharia de Transportes ainda não foi submetido ao ENADE.

2.20. Número de vagas. 5

**Justificativa para conceito 5:** Com a possibilidade da implantação de novos cursos, a partir da Lei 11.892 de 29/12/2008, com estudos e pesquisas do Observatório do Mundo do Trabalho e em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – vigência 2012-2016 – do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG foi desenvolvido o Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Transportes. Diante destes estudos, os docentes vinculados à área de Transportes do IFG fizeram uma extensiva pesquisa junto às empresas, órgãos públicos e universidades, a fim de verificar a pertinência da implantação do Curso Superior de Engenharia de Transportes no Instituto Federal de Goiás – Campus Goiânia. Foi constatado, durante esta pesquisa, que em função da falta de profissionais com nível superior na área de transportes e das exigências do mercado de trabalho existe a necessidade da formação de um curso capaz de formar profissionais que lidam com infraestrutura de transportes, transporte de passageiros, transporte de cargas, logística, engenharia de tráfego e mobilidade urbana. Em 2014 teve início a primeira turma do Curso em Engenharia de Transportes no Instituto Federal de Goiás – Campus Goiânia, sendo um dos precursores na área de bacharelado em Transportes no Brasil. O Curso de Engenharia de Transportes é ofertado no turno matutino de segunda-feira a sexta-feira das 07 às 12 horas, podendo em casos excepcionais ter disciplinas ou atividades aos sábados no período matutino. Além de atividade extracurricular que poderão ser realizadas diuturnamente qualquer dia da semana. A carga horária especificada para cada período está distribuída em 18 semanas por semestre ou 200 dias letivos anuais. Mesmo sendo um curso matutino, a maioria dos matriculados mantém vínculo de trabalho e/ou estágio. O Curso de Engenharia de Transportes oferta 30 (trinta) vagas anuais com entrada no início de cada ano letivo, tendo periodicidade semestral – o mesmo quantitativo de vagas apresentado no ato autorizativo. Foi verificado também adequação à dimensão do corpo docente – a coordenação da área de Transportes tem 10 professores efetivos que atuam especificamente nas disciplinas relativas aos Transportes, 7 doutores e 3 mestres – e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino e a pesquisa estão adequadas com relação a demanda.

2.21. Integração com as redes públicas de ensino. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os cursos que não contemplam integração com as redes públicas de ensino no PPC. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica.

2.22. Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS). Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica.

2.23. Atividades práticas de ensino para áreas da saúde. Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica.

2.24. Atividades práticas de ensino para licenciaturas. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica.

**Dimensão 3: CORPO DOCENTE E TUTORIAL****4,00**

3.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE. 5

**Dimensão 1: Análise preliminar**

**Justificativa para conceito 5:** Segundo PPC do curso e reunião com o NDE, o mesmo é formado pelos professores Dra Denise Aparecida Ribeiro (regime integral e coordenadora); Ms Marcos de Luca Rothen (regime integral); Dra. Luciana Araujo Azevêdo (regime integral); Dr Ricardo Freire Gonçalves (regime integral); Dra. Patrícia Vilela Margon (regime integral); nomeados pela portaria nº 652, de 1º de 2019. A portaria nº 655 de 02 de abril de 2014 anterior a esta, era formada por 4 membros atuais. Conforme Pasta das atas do NDE do curso de Engenharia de Transportes, consultada in loco, foram encontrados registros quinzenais onde com temáticas importantes ao andamento acadêmico do curso, o que demonstra a preocupação com o egresso.

3.2. Equipe multidisciplinar. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica.

3.3. Atuação do coordenador. 4

**Justificativa para conceito 4:** A coordenação do curso é exercida pela Profa. DENISE APARECIDA RIBEIRO, definida pela portaria 585 de 22 de março de 2019. Conforme visita in loco verifica-se que a atuação do Coordenador do Curso esta em conformidade com as tarefas exigidas pelo PPC, atende a uma demanda de tarefas existentes, que se iniciam com a gestão do curso, onde a relação com os docentes e discentes, e a representatividade nos colegiados superiores. A Coordenadora do curso Bacharelado em Engenharia de Transportes participa atualmente dos seguintes grupos de trabalho: I. Colegiado do Departamento III; II. Conselho Departamental; III. Núcleo Docente Estruturante; IV. Colegiado do Curso de Engenharia de Transportes Foi verificado o plano de ação documentado que dispõe de metas e indicadores de desempenho, potencializando o corpo docente do seu curso, e favorecendo a integração e a melhoria contínua. A IES também apresentou relatório da CPA individual do curso e relatório individual do NDE contendo plano de ação e melhorias. Nos relatórios do NDE, feitos com auxílio da CPA, na intenção de avaliar o curso existem ações recorrentes que precisam ser levadas em conta como melhoria do atendimento oferecido aos alunos pela coordenação de curso e ações que melhorem a qualidade do curso

3.4. Regime de trabalho do coordenador de curso. 5

**Justificativa para conceito 5:** A atual coordenadora tem graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Uberlândia (1984), mestrado em Transportes pela Universidade de Brasília (1999) e doutorado em Transportes pela Universidade de Brasília (2012). Está na instituição desde 09/01/1998 em regime de dedicação exclusiva, dividido em 10 horas de sala de aula, coordenação e atividades de extensão. Tem experiência na área de Engenharia de Transportes, com ênfase em Engenharia de Transportes, atuando principalmente nos seguintes temas: transporte público, segurança viária, mobilidade, acessibilidade e transporte urbano. Membro pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Engenharia Civil e Meio Ambiente do IFG/Goiania - Núcleo ENCIMA. Foi verificado o plano de ação documentado que dispõe de metas e indicadores de desempenho, potencializando o corpo docente do seu curso, e favorecendo a integração e a melhoria contínua.

3.5. Corpo docente. 3

**Justificativa para conceito 3:** O curso de Engenharia de Transportes figura no quadro de ofertas de cursos do Departamento de Áreas Acadêmicas III do Campus Goiânia. Dos 40 (quarenta) docentes pertencentes aos núcleos Básico e Profissionalizante / Específico, 8 (oito) doutores e 3 (três) mestres fazem parte do colegiado do curso de Engenharia de transportes. Em reunião com docentes do departamento verifica-se a preocupação com bibliografias complementares e ações pontuadas em ensino e extensão. Não é possível verificar a acesso a conteúdos de pesquisa de ponta, posto que dos 40 professores do departamento verifica-se apenas 1 artigo em periódico na área e um capítulo de livro.

3.6. Regime de trabalho do corpo docente do curso. 5

**Justificativa para conceito 5:** O regime de trabalho do corpo docente permite o atendimento integral da demanda existente, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem, havendo documentação sobre as atividades dos professores em registros individuais de atividade docente, utilizados no planejamento e gestão para melhoria contínua.

3.7. Experiência profissional do docente. Excluída a experiência no exercício da docência superior. NSA para cursos de licenciatura. 3

**Justificativa para conceito 3:** A contar com a experiência profissional no mundo do trabalho, parte dos professores do curso bacharelado em Engenharia de Transportes atuou no mercado de trabalho no início da carreira profissional atuando na área do curso, o que proporciona ao corpo docente, uma atuação em sala de aula com elevado grau de interação com o discente, conforme dados pessoais da gestão sobre o corpo docente. Como a quase totalidade do curso atua em regime integral tem-se que antes de ingressar na carreira academia 17,5% dos docentes tem mais de 10 anos de experiência profissional; 15% tem entre 5 a 10 anos de experiência profissional; 22,5% tem entre 5 e 1 ano de experiência profissional e 45 tem menos de 1 ano de experiência profissional. Entende-se que os professores apresentam exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional e buscam atualização em relação à interação conteúdo e prática.

3.8. Experiência no exercício da docência na educação básica. Obrigatório para cursos de licenciatura e para CST da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. NSA para os demais cursos. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica.

3.9. Experiência no exercício da docência superior. 4

**Justificativa para conceito 4:** Com isso, o corpo docente do Curso de bacharelado em Engenharia de Transportes possui 82,5% de seu quadro docente com experiência em docência superior a 5 anos, o que entende-se ser suficiente para promover ações, que permitem identificar as dificuldades dos discentes, e direcionar o conteúdo a ser ministrado a uma linguagem favorável às características da turma. Em relatório do NDE do curso aponta com um aspecto a ser melhorado o aprimoramento dos docentes em relação a organização didático pedagógica mas avaliam positivamente o corpo docente (85,8%).

3.10. Experiência no exercício da docência na educação a distância. NSA para cursos totalmente presenciais. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica.

3.11. Experiência no exercício da tutoria na educação a distância. NSA para cursos totalmente presenciais. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica.

3.12. Atuação do colegiado de curso ou equivalente. 5

**Dimensão 1: Análise preliminar**

**Justificativa para conceito 5:**A área de Transportes é parte integrante do Departamento de Áreas Acadêmicas III que possui colegiado regulamentado institucionalmente. O colegiado reúne-se regularmente 1 vez por mês e possui atas e registros de suas reuniões. Em parceria com a CPA, a SLA (subcomissão local de avaliação) avalia os cursos e o NDE do curso ainda avalia o curso conforme plano de ação do coordenador aprovado em ata de colegiado 12/12/2018.

3.13. Titulação e formação do corpo de tutores do curso. NSA para cursos totalmente presenciais. NSA

**Justificativa para conceito NSA:**Não se Aplica.

3.14. Experiência do corpo de tutores em educação a distância. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

**Justificativa para conceito NSA:**Não se Aplica.

3.15. Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância. Exclusivo para cursos que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

**Justificativa para conceito NSA:**Não se Aplica.

3.16. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica. 2

**Justificativa para conceito 2:**Conforme a documentação apresentada pelo setor de Recursos Humanos da IES, dispostas em pastas para a Comissão de Avaliação "in loco", foi constatado que as produções científicas, culturais, artísticas ou tecnológicas dos professores do curso de Engenharia de Transporte da IFG de Goiânia, que pelo menos 50% dos docentes possuem, no mínimo, 1 produção nos últimos 3 anos.

**Dimensão 4: INFRAESTRUTURA****3,60**

4.1. Espaço de trabalho para docentes em tempo integral. 3

**Justificativa para conceito 3:**Na visita in loco foi verificado o espaço descrito. Esses espaços possuem boas condições de limpeza e manutenção, iluminação e conforto térmico, com climatização artificial, porém não possuem portas o que dificulta a privacidade para o atendimento a discentes e orientandos. Essas salas, embora individuais, não são permanentes, sendo utilizadas em regime rotativo. Dessa forma não permitem a guarda de materiais e equipamentos pessoais.

4.2. Espaço de trabalho para o coordenador. 4

**Justificativa para conceito 4:**A Coordenação do Curso de Engenharia de Transportes é parte integrante do Departamento das Áreas Acadêmicas III do Campus Goiânia. Este departamento agrega as funções administrativas das áreas de Geomática, Construção Civil e Transportes, em uma área compartilhada de 258,22 m<sup>2</sup>. Na visita in loco foi observado que o coordenador de curso divide uma sala com o coordenador do curso técnico(EJA) sendo esta satisfatória para o cumprimento de suas atividades acadêmico-administrativas, possuindo recursos tais como: mesa, cadeiras, telefone, armário, quadro de avisos e microcomputador, possibilitando o compartilhamento de arquivos e dados com as demais máquinas da instituição. O espaço possibilita o atendimento individual ao discente e docentes, porém, como não possui portas, não garante plenamente a privacidade ao atendimento de indivíduos. A dimensão dessa sala é suficiente para o atendimento de pequenos grupos. Quando há necessidade de reunião com grupos maiores, a IES oferece como opção de uma sala maior no departamento III.

4.3. Sala coletiva de professores. NSA para IES que possui espaço de trabalho individual para todos os docentes do curso. 5

**Justificativa para conceito 5:**Em visita in loco foi verificada a existência dos espaços descritos pelo PPC.

4.4. Salas de aula. 2

**Justificativa para conceito 2:**Conforme colocado pelo PPC e verificado in loco, algumas salas de aula da estrutura do Campus Goiânia do Instituto Federal de Goiás (IFG) foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) - Portaria nº 507, como um bem isolado e edifício público que compõe o acervo arquitetônico e urbanístico Art Déco da cidade de Goiânia. Nesta área tombada acontecem as aulas teóricas do curso de Engenharia de Transportes. Conforme relato da CPA e da avaliação independente do NDE os alunos demonstram descontentamento com estas salas. Em visita in loco foi constatado que o IPHAN delimitou algumas especificações para o local inclusive a retirada de ar condicionado, o que dificulta a permanência prolongada nos dias de calor.

4.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática. 3

**Justificativa para conceito 3:**Durante a visita in loco verificou-se as informações disponibilizadas no PPC. Da mesma maneira verificou-se alguns sinais de instabilidade ou sem sinal de internet em alguns pontos do campus.

4.6. Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC). 3

**Justificativa para conceito 3:**Conforme descrito no PPC e pasta Plano de atualização e Manutenção do Acervo da Biblioteca verifica-se em visita in loco que todos os exemplares contidos nas referências básicas existem e estão em quantidade suficiente para os discentes do curso e foram referendados pelo NDE (conforme Ata de NDE e colegiado de curso). Em visita as instalações da biblioteca comprova-se a acessibilidade, os espaços de estudo individuais e coletivos, salas individuais de informática, área para consulta e armários com chave. Entende-se que os livros clássicos da área tenham edições com mais de 10 anos, porém a bibliografia básica em sua grande maioria de exemplares é de edições com mais de 10 anos. A IES não possui acervo virtual.

4.7. Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC). Considerar o acervo da bibliografia complementar para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). 3

**Justificativa para conceito 3:**Conforme descrito no PPC e pasta Plano de atualização e Manutenção do Acervo da Biblioteca verifica-se em visita in loco que todos os exemplares contidos nas referências complementar existem e estão em quantidade suficiente para os discentes do curso e foram referendados pelo NDE (conforme Ata de NDE e colegiado de curso). Em visita as instalações da biblioteca comprova-se a acessibilidade, os espaços de estudo individuais e coletivos, salas individuais de informática, área para consulta e armários com chave. A IES não possui acervo virtual.

4.8. Laboratórios didáticos de formação básica. NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação básica, conforme PPC. 5

**Dimensão 1: Análise preliminar**

**Justificativa para conceito 5:** Conforme descrito no PPC e pasta de laboratórios que os laboratórios didáticos de formação básica do curso de Engenharia de transportes são: Laboratório de Física e Matemática, Laboratório de Química, Laboratórios de Informática Básica e Laboratórios de Desenho Técnico. A comissão realizou in loco visita aos laboratórios e entende que os mesmos atendem às necessidades do curso, de acordo com o PPC e com as respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança. A manutenção dos laboratórios é realizada periodicamente por funcionários técnicos-administrativos do IFG Campus Goiânia, que também são responsáveis pelos serviços de apoio técnico. Toda a relação de material permanente descrita no PPC, foi encontrada nas salas e as mesmas possuem regulamento e mapa de risco afixadas em lugar visível. Os laboratórios possuem técnicos que fazem a manutenção dos laboratórios quando possível e a aquisição de novos equipamentos é feita por meio dos tramites legais do Instituto Federal. No momento da visita da comissão aos laboratórios haviam atividades na sala e percebe-se que o espaço físico atende a demanda atual do curso.

4.9. Laboratórios didáticos de formação específica. NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação específica, conforme PPC. 4

**Justificativa para conceito 4:** Conforme descrito no PPC e pasta de laboratórios que os laboratórios específicos do curso de Engenharia de Transportes são: Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento, Laboratório de Topografia I e II, Laboratório de Engenharia da Mobilidade, Laboratórios de Informática da Área de Transportes, Laboratório de materiais de construção e Laboratórios de Solos e Betumes. A comissão realizou reunião com os técnicos e visita in loco aos laboratórios e entende que os mesmos atendem às necessidades do curso, de acordo com o PPC e com as respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança. Toda a relação de material permanente descrita no PPC, foi encontrada nas salas e as mesmas possuem regulamento e mapa de risco afixadas em lugar visível. Os laboratórios possuem técnicos que fazem a manutenção dos laboratórios quando possível e a aquisição de novos equipamentos é feita por meio dos tramites legais do Instituto Federal, o que nem sempre garante que novos equipamentos ou computadores mais precisos sejam adquiridos. No momento da visita da comissão aos laboratórios haviam atividades na sala e percebe-se que o espaço físico atende a demanda atual do curso, porém existem equipamentos quebrados que poderiam auxiliar ainda mais no desenvolvimento das aulas práticas. O acesso aos laboratórios por parte dos estudantes é realizado principalmente nos períodos de aulas, quando o professor está ministrando as aulas, ou em horários previamente agendados com os técnicos dos laboratórios. Em reunião com os discentes, avaliação da CPA e avaliação do NDE fica claro o descontentamento dos alunos com o horário de funcionamento pois os mesmos solicitam uso contínuo dos laboratórios principalmente Laboratórios de Informática da Área de Transportes devido a instalação dos softwares específicos.

4.10. Laboratórios de ensino para a área de saúde. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e DCN. NSA para os demais cursos. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica.

4.11. Laboratórios de habilidades. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica.

4.12. Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica.

4.13. Biotérios. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica.

4.14. Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística). NSA para cursos que não contemplam material didático no PPC. 4

**Justificativa para conceito 4:** A fim de contribuir com o processo de ensino/aprendizagem, o colegiado do curso oferece a oportunidade de seus docentes elaborarem materiais didáticos. Para validação destes documentos, o professor deve encaminhar uma cópia do material ao NDE do curso que avalia se este atende as necessidades do projeto pedagógico no que tange à formação efetiva do discente. Neste sentido, estão inclusos na bibliografia do curso os seguintes materiais didáticos aprovados pelo NDE: - ROTHEN, Marcos de Luca. Transporte público urbano. Goiânia: IFG, 2012. - MAGALHÃES, Maria de Lourdes. Introdução à Pesquisa Operacional. Goiânia: IFG, 2011. - PEREIRA, Denis Biolkino de Sousa. Transporte de cargas. Goiânia: IFG, 2011. - ROTHEN, Marcos de Luca. Introdução ao controle de tráfego. Goiânia: IFG, 2012. - PEREIRA, Denis Biolkino de Sousa. Educação e segurança de trânsito. Goiânia: IFG. 51 p. Esses documentos estão disponibilizados na biblioteca e podem ser inseridos pelos docentes, na forma de arquivo digital para download, no sistema Q-Acadêmico.

4.15. Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais. Obrigatório para Cursos de Direito, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica.

4.16. Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Obrigatório para todos os cursos que contemplem, no PPC, a realização de pesquisa envolvendo seres humanos. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica.

4.17. Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA). Obrigatório para todos os cursos que contemplem no PPC a utilização de animais em suas pesquisas. NSA

**Justificativa para conceito NSA:** Não se Aplica.

**Dimensão 5: Considerações finais.**5.1. Informar o nome dos membros da comissão de avaliadores.

Carolina Érika Santos  
Mariela Cristina Ayres de Oliveira

5.2. Informar o número do processo e da avaliação.

Código da avaliação: 137661  
Número do processo: 201709627

5.3. Informar o nome da IES e o endereço (fazer o devido relato em caso de divergência).

**Dimensão 1: Análise preliminar**

IES: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG)  
Endereço: IFG Câmpus Goiânia - Rua 75, 46 Setor Central. Goiânia - GO. CEP:74055-110

5.4. Informar o ato autorizativo.

Ato autorizativo de oferta de curso: Resolução 031 de 03 de dezembro de 2013

5.5. Informar o nome do curso, o grau, a modalidade e o número de vagas atuais.

Denominação do Curso: Bacharelado em Engenharia de Transportes

Grau: Terceiro grau

Modalidade: Presencial

Vagas: 150 atuais

5.6. Explicitar os documentos usados como base para a avaliação (PDI e sua vigência; PPC; relatórios de autoavaliação - informar se integral ou parcial; demais relatórios da IES).

Foram utilizados os seguintes documentos:

- 1) Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: dispõe sobre as bases da educação nacional.
- 2) Resolução do CNE/CES nº 11, de 11 de março de 2002: instituiu as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em Engenharia.
- 3) Diretrizes Nacionais para Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999).
- 4) A Resolução nº 1010 de 2005, do CONFEA: que dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema CONFEA/CREA, para efeito de fiscalização do exercício profissional.

Ato Autorizativo de Oferta do Curso: Resolução nº. 31 de 03.12.2013

30 vagas totais anuais

Início do primeiro ano letivo em 2014

O curso ainda não possui conceitos do Enade, relatório de avaliação in loco, CC e CPC do curso.

PPC - CURSO DE BACHARELADO ENGENHARIA DE TRANSPORTES CAMPUS GOIÂNIA, postado em 12/03/2018. A IES apresentou a estrutura curricular e o fluxograma.

PDI/IFG: 2019/2023 — PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL. BIÊNIO 2017/2019. RELATÓRIO INTEGRAL

Pastas:

Projeto Pedagógico do Curso

Matriz Curricular do curso

Calendário Institucional (ano vigente)

Ações definidas para monitoria

Resolução de autorização

Portaria ou atos de nomeação

Calendário Acadêmico do Curso desde o início do funcionamento - 2014-1

Alterações curriculares - atas dos conselhos

Relatório de autoavaliação do curso - plano de ação

Atas de reuniões do nde

Atas de reunião do colegiado de curso

Pasta do aluno - CORAE

Relação de alunos por turma e - ou semestre - ano vigente

Ações de acompanhamento de egressos - projetos e programas

Ações, programas ou projetos de nivelamento no início do curso - Não tem no IFG

Listagem de alunos que recebem bolsas de auxílio a pesquisa, monitoria e estágio

Acompanhamento de alunos vinculados à programas de iniciação científica

Relatórios alunos projetos de pesquisas e programas de iniciação científica

Pastas individuais dos alunos, estágio supervisionado

Listagem e doc dos convênios para Estágio Supervisionado - COSIEE

Projeto - Proposta do Estágio não Obrigatório

Documentação de Controle e Acompanhamento TCC

Relação de Orientados e Orientadores - TCC e Estágio

Exemplares de tccs já defendidos e aprovados

Documentação de Controle e acompanhamento dos alunos monitores

Documentação de acompanhamento das atividades complementares dos estudantes

Portfólio das Atividades Complementares Vinculadas ao Curso

Via original e assinada dos planos de ensino

Diários de classe de todas as disciplinas desde a autorização do curso

Relatórios dos projetos de extensão

Documentação dos programas de assistência ao Discente

Pastas individuais dos docentes

Tabela listando os docentes vinculados ao curso, informando dados específicos sobre cada docente

Plano de atualização e Manutenção do Acervo da Biblioteca

Relação Descritiva do acervo indicado no PPC e de periódicos, jornais, videos da biblioteca

Tabela Informando o número de laboratórios de informática do Câmpus

Tabela informando os laboratórios específicos utilizados pelo curso

Regulamento dos laboratórios e procedimentos utilizados nas aulas práticas

Reuniões:

Reunião com a Procuradoria Institucional (representada por Leonilson) , Diretora Geral do Câmpus (Maria de Lourdes Magalhães) , a atual Coordenadora do Curso de Engenharia e Transportes e a anterior (Denise Aparecida Ribeiro e Mariana de Paiva, respectivamente) , Chefe do Departamento de Áreas Acadêmicas III (Fábio Campos Macedo)

Reunião com os discentes, Reunião com a CPA, Reunião com o NDE, Reunião com o corpo docente, Reunião com o corpo técnico-administrativo.

5.7. Redigir uma breve análise qualitativa sobre cada dimensão.

**Dimensão 1: Análise preliminar**

O curso Bacharelado Engenharia de Transportes do Instituto Federal Campus Goiânia é pioneiro tanto na cidade sede quanto no Brasil. A agenda de visita de avaliação in loco para reconhecimento foi cumprida sem intercorrências. As avaliadoras, Carolina Érika Santos (ponto focal da comissão) e Mariela Cristina Ayres De Oliveira, tiveram acesso às instalações da IES e aos documentos sem nenhum tipo de dificuldade. Verificou-se que a organização didático-pedagógica, a qualificação e atuação do corpo docente e a infraestrutura do curso são satisfatórias.

**DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA = 3,79**

No que se refere a dimensão “Didático-pedagógica” verificou-se que o Curso de Engenharia de Transportes IFG-GO apresenta boa organização: os objetivos do curso, alinhados ao perfil profissional do egresso, à estrutura curricular e ao contexto educacional. No entanto, observou-se a ausência de documentação que comprovassem as práticas acadêmicas exitosas ou inovadoras. A comissão reforça a importância da IES e do curso de Engenharia de Transportes para a região, porém esse fator, poderia estar melhor consolidado, arriscando atividades inter e transdisciplinares, de forma a garantir mais inserção regional das dimensões curriculares.

**DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE E TUTORIAL = 4,00**

Nesta dimensão, o conceito final foi impactado positivamente pela atuação e regime de trabalho do coordenador, da atuação do colegiado e do NDE, apesar da produção científica, cultural, artística ou tecnológica de seus docentes ser incipiente (pelo menos 50% dos docentes possuem, no mínimo, 1 produção nos últimos 3 anos).

**DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA = 3,6**

Nesta dimensão, a IES apresenta boas condições de funcionamento. No entanto, destaca-se como negativo a dificuldade de manter longa permanência nas salas de aula e nos espaços de trabalho para docentes em tempo integral, já que não garantem privacidade para uso dos recursos e para o atendimento a discentes e orientandos. Os indicadores relativos a Bibliografia Básica e Complementar, impactaram negativamente por referenciar livros, em sua grande maioria, com edições com mais de 10 anos. A IES não possui acervo virtual.

**Considerações finais da comissão de avaliadores e conceito final :****CONSIDERAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO DE AVALIADORES**

O IFG – Campus Goiânia é a maior e mais antiga unidade do IFG. O campus iniciou suas atividades educacionais em 1942, com a construção e transferência da capital do Estado para Goiânia, momento em que a Escola de Aprendizes Artífices foi transferida para a nova capital e transformou-se em Escola Técnica de Goiânia (ETG). Na época, o prédio da ETG foi utilizado para as festividades de lançamento da nova capital durante o Batismo Cultural de Goiânia, em 5 de julho de 1942. Em 1959, houve a implementação de uma nova organização escolar e administrativa nos estabelecimentos de ensino industrial, com a transformação das Escolas Industriais e Técnicas em autarquias federais. Em 1965, a ETG passou a denominar-se Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG). Em 22 de março de 1999 a ETEFG foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (Cefet-GO), passando a atuar, além do ensino técnico, também no nível superior, especialmente, com a oferta de cursos tecnológicos. Em 29 de dezembro de 2008, com a Lei nº 11.892, foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) em todo o país, entre esses, o Instituto Federal de Goiás (IFG), que, hoje, possui 14 campus distribuídos em Goiânia e no interior do Estado. O curso de Engenharia de Transportes do IFG –Campus Goiânia é pioneiro na cidade e um dos poucos na região. Apresenta organização didático-pedagógica implementada e fundamentada em um projeto pedagógico elaborado com a participação de todo corpo docente. Há dialogicidade entre as metodologias de ensino, pesquisa e extensão, conteúdos curriculares e o perfil do egresso de acordo com o que preconizam as DCN's e a realidade do mundo de trabalho. As atividades práticas seguem as recomendações das DCN's. O corpo docente e a coordenação do curso apresentam qualificação acadêmica adequada e ampla experiência na profissão, além disso, participam ativamente dos processos pedagógicos, com interesse e dedicação. A infraestrutura da IES atende as necessidades do curso de forma básica, porém sem incidência de tecnologias inovadoras.

**CONCEITO FINAL CONTÍNUO****3,82****CONCEITO FINAL FAIXA****4**